

A SOCIOLINGÜÍSTICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Daiane Araújo Sampaio¹, Fernanda Lima Mello², Teresinha de Fátima Nogueira³

¹Universidade do Vale do Paraíba/Letras, Estrada do Limoeiro, 250, Jacareí, SP, bemata@bol.com.br

² Universidade do Vale do Paraíba/Letras, Estrada do Limoeiro, 250, Jacareí, SP, fezinha.johns@bol.com.br

³ Universidade do Vale do Paraíba/Letras e IP&D, Rua Tertuliano Delphin Jr., 181 - Jardim Aquarius - CEP 12246-080 - São José dos Campos - SP, terenog@univap.br

Resumo - O presente trabalho teve como objetivo apresentar conceitos e estudos advindos da sociolingüística a fim de elucidar a contribuição que esta área pode dar para a melhoria da educação, auxiliando o professor de língua materna a compreender que a diversidade lingüística existe e não deve ser tratada com preconceito ou como um mal a ser extinto, pois as ocorrências de formas lingüísticas diferentes do português padrão possuem explicações lingüísticas, históricas, sociológicas e até mesmo psicológicas, além de exercerem muitas vezes uma função social no cotidiano das pessoas. O artigo ressalta o quanto é importante para o professor saber lidar com as diferenças para desta forma fazer da educação em língua materna um compromisso com a formação plena do cidadão e contra toda forma de exclusão social pela linguagem.

Palavras-chave: Sociolingüística, Ensino, Língua Materna, Diversidade.

Área do Conhecimento: Lingüística, Letras e Artes

Introdução

A importância da língua não se restringe ao fato desta ser um mecanismo de comunicação entre os indivíduos. A língua corresponde a um aspecto político relevante, pois mantém relação com formas de discriminação e exclusão. Hoje, estima-se que o Brasil possua cerca de 180 milhões de habitantes e é certo afirmar que estes milhões de brasileiros não compartilham uma forma de linguagem comum. Isto acontece, pois uma língua pode-se apresentar de formas distintas devido à influência de fatores como origem geográfica, situação econômica, idade, entre outros aos quais o falante está inserido.

A escola participa efetivamente na formação do indivíduo, no entanto, o ensino da língua materna é problemático visto que a norma padrão ensinada não é comum a todos. Ao considerar que o sistema de ensino caracteriza-se por sua maneira de tentar formar grupos lingüisticamente homogêneos, ignorando as diferenças lingüísticas e culturais constitutivas do indivíduo, trataremos nossa pesquisa sob o ângulo da sociolingüística na busca da prática pedagógica frente à diversidade, cujo objetivo consiste em ensinar a norma considerada culta sem menosprezar, diminuir ou tirar a importância das variedades do português não padrão que se fazem presente no cotidiano de milhões de pessoas em todo Brasil.

Materiais e Métodos

Compreender como aspectos sociais influenciam no comportamento lingüístico dos

indivíduos tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores que têm conseguido mostrar a importância dessa relação. A partir desse fato, a literatura voltada para os fundamentos teóricos da área da Sociolingüística e das Ciências Sociais é a base da pesquisa em questão.

Resultados

O especialista inglês em sociologia da educação chamado Basil Bernstein, entre 1958 e 1973, foi um dos incentivadores a uma concepção social da língua, pois seus estudos consideravam simultaneamente as produções lingüísticas reais e a situação sociológica dos falantes.

Os estudos realizados por Bernstein foram voltados para uma análise das produções lingüísticas de crianças da classe operária e das classes favorecidas economicamente. A partir do fato que as crianças pertencentes à camada pobre da sociedade apresentavam uma taxa de fracasso escolar muito superior em relação às crianças enriquecidas, Bernstein após observações definiu o código restrito, relacionado ao domínio lingüístico dos menos favorecidos, e o código elaborado cujo domínio pertencia às crianças dos meios favorecidos. Estes códigos se opõem em vários aspectos. O restrito é caracterizado por frases breves, sem subordinação, vocabulário limitado e seus falantes possuem grande limitação quanto ao aprendizado e compreensão do mundo que os cerca. Em contrapartida, as crianças melhor favorecidas economicamente compreendem todos os mecanismos do código restrito. Assim, elas também dominam o código

elaborado e, por esta razão, possuem um desempenho muito superior, tanto em situações de fala quanto em situações em que a escrita também é exigida, em comparação às crianças pertencentes à camada menos favorecida da sociedade [1].

Bernstein, portanto, focou seus estudos a partir da perspectiva de que o aprendizado e a socialização são marcados pela família a qual as crianças pertencem, sendo assim, a estrutura social é determinante no comportamento dos indivíduos, inclusive lingüísticamente. Mesmo que com o passar do tempo outros estudiosos tenham se sobressaído, a importância de Bernstein não poderá ser ignorada ou diminuída, pois seus estudos foram uma tentativa de descrever diferenças lingüísticas a partir de diferenças sociais. Tal estudo e outros como de Labov, Bright, Fisher, Gumperz, Hymes contribuíram para o desenvolvimento do que viria a ser conhecida como Sociolingüística, uma área da lingüística destinada ao estudo da língua em uso no seio das comunidades de fala. [2]

A Sociolingüística estuda a língua falada em situações reais de uso. Estes estudos se desenvolvem a partir de uma comunidade lingüística, grupo de pessoas que interagem verbalmente assim como compartilham normas em relação aos usos lingüísticos.

Em uma comunidade lingüística, qualquer que seja, existe e sempre existirá diversidade quanto ao modo de falar, já que numa língua podem-se identificar formas diferentes de se dizer a mesma coisa. Esta variação lingüística é fenômeno universal e faz com que toda língua possua formas alternativas de falar, formas reconhecidas como variantes. Através das variantes é que se realiza o fenômeno variável ou variável lingüística. A diversidade lingüística é inegável, pois língua e variação são inseparáveis, mas esta relação não se estabelece sem que haja fatores determinantes que possam estruturá-la.

O tempo certamente influencia os usos lingüísticos, visto que os indivíduos deixam para seus descendentes uma língua com uma série de particularidades em níveis fonológicos, lexicais, morfológicos, semânticos e sintáticos, no entanto, as variações lingüísticas também podem ser observadas a partir dos chamados eixos diatópico e diastrático. Cada eixo mostra as alternâncias sob uma perspectiva: enquanto no eixo diatópico a variação se expressa geograficamente, no eixo diastrático as variações se manifestam a partir de aspectos sociais. O uso de diferentes formas de falar não acontece aleatoriamente, pois é possível afirmar que os indivíduos de origem geográfica, idade, sexo e classe social diferentes possuem maneiras distintas de falar. A variação lingüística, de acordo com o eixo diatópico, leva em conta os limites físico-geográficos e sua influência sob os

falantes. Ao observar falantes brasileiros das regiões nordeste e sudeste pode-se notar que as posposições verbais da negação, que na região nordeste é realizada como “sei não” na região sudeste ocorre como “não sei” ou “não sei não” [3].

A variação a partir do parâmetro social, reconhecida como variação diastrática, também é relevante para compreender as diferentes práticas lingüísticas. Os fatores relacionados a esse tipo de variação são:

a) Idade: À medida que o indivíduo passa da infância à fase adulta adquire e aprimora recursos lingüísticos. A gíria é um exemplo dessa variação, e ela se difere essencialmente da língua padrão por seu léxico. Os jovens normalmente utilizam expressões com “da hora”, “maneiro” “muito loco” como forma de atribuir sentido positivo a situações, pessoas ou coisas. Os mais velhos, em contrapartida, não possuem como traço característico o uso de gírias.

b) Sexo: O falar entre homens e mulheres não se difere apenas em timbre e altura de voz, pois além das características fisiológicas existem também aspectos de variação lingüística que os distinguem e auxiliam a moldar socialmente os papéis femininos e masculinos. Em algumas comunidades árabes onde a mulher possuiu papel menos ativo e expressivo a variedade lingüística de prestígio, o árabe literário, está sob o domínio dos homens.

c) Contexto social: Cada indivíduo varia sua forma de falar de acordo com a pessoa a quem se dirige (o chefe, um amigo, a mãe, etc.) e também de acordo com as situações em que se encontra (em uma festa ou em uma reunião). Estas alternâncias além de demonstrarem as competências lingüísticas do falante, exercem uma função social importante para as relações entre indivíduos seja em circunstâncias consideradas formais ou informais.

No ato de interação verbal esses fatores não se evidenciam separadamente, pois o falante utilizará sua variedade lingüística relacionada a sua região de origem, classe social, idade, sexo, escolaridade e contexto ao qual se vê inserido simultaneamente.

Os fatores que condicionam a variação são inúmeros e independente de quais sejam é podemos dizer que toda comunidade lingüística apresenta um grupo de variações capaz de suprir as necessidades das pessoas que as utilizam. Não existe nenhuma propriedade intrínseca capaz de mostrar a superioridade de uma língua, mesmo assim há sempre uma ordenação valorativa das variedades lingüísticas que antes de tudo é reflexo de uma hierarquia social. Em nossa sociedade a variedade padrão, reconhecida também como norma culta, foi estabelecida como a maneira correta de falar e tradicionalmente os hábitos

lingüísticos dos grupos socialmente dominantes correspondem a esta norma padrão.

Se por razões justificáveis a língua não se apresenta de forma homogênea e nem existe um elemento lingüístico que torne uma variedade superior à outra é possível afirmar que os julgamentos perante uma ou outra variedade lingüística baseiam-se em aspectos de natureza política e social: não se julga a fala, mas o falante e sua posição na sociedade.

No Brasil o julgamento e a intolerância diante de diversas variedades acontecem desde sempre. Para se ter uma idéia, no Brasil, no ano de 1500, os índios falavam 1078 línguas, segundo estimativas de Rodrigues (1993), todas em situação de plurilingüismo, mas em 1757 na época da história colonial, Marquês de Pombal proibiu o ensino de qualquer outra língua que não fosse o português no território brasileiro, pois ele queria atingir primeiramente as práticas pedagógicas que os padres lecionavam aos índios que eram de linguagem geral da amazônica conhecida como tupinambá. [4]

Já na metade do século XI, segundo Darcy Ribeiro (apud Rodrigues, 1993), cerca de 67 línguas sumiram, mais de uma língua indígena sumia por ano. A última estatística de 2000 mostra que os índios e os imigrantes estão perdendo suas línguas de origem diariamente, tendo que falar somente a norma padrão de onde se vive. O número de línguas faladas pelos índios caiu de 1078 (ano de 1500) para 170 línguas (conhecidas como autóctones) e as dos imigrantes se encontram também em baixa escala.

Durante o período de Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, iniciou-se o processo conhecido como “nacionalização do ensino” que pretendia selar a linguagem de outras línguas no país. Entre os anos de 1941 a 1945 o Estado Novo ocupou e desapropriou muitas escolas comunitárias, além disso, prendia e torturava os imigrantes caso os vissem falar em público suas línguas de origem. E nas escolas de “nacionalização” estimulavam os filhos a denunciar os próprios pais que falassem alemão, espanhol ou italiano mesmo que fossem de nacionalidade brasileira [5].

A falta de uma corrente política que defendesse a constituição e o respeito a uma sociedade culturalmente pluralista trouxe para o Brasil, um país multicultural e plurilíngüe, danos irreversíveis, em especial à comunidade indígena. Atualmente, são os lingüistas que munidos de inúmeros estudos defendem a diversidade lingüística. Marcos Bagno é um deles e muitos de seus trabalhos focam a questão do preconceito lingüístico que, em sua opinião, reflete os preconceitos sociais, ou seja, quanto mais estigmatizada a pessoa é, mais estigmatizada será sua fala.

Um suposto “erro” cometido por pessoas diferentes será avaliado de acordo com suas posições na estrutura social: no caso de uma pessoa com mais escolaridade, o “erro” será considerado apenas um deslize, enquanto o mesmo “erro” cometido por aquele que não possui o mesmo nível de escolarização é considerado um sinal de incapacidade, burrice. Em seu livro *Preconceito Lingüístico*, Bagno (2004) faz uma análise de oito mitos sobre a língua. A obra constitui-se de uma pesquisa a respeito dos diversos preconceitos lingüísticos, além disso, retrata a transformação da gramática tradicional em elemento de dominação e exclusão e critica posturas conservadoras e elitistas de Evanildo Bechara e Pasquale Cipro Neto, que propagam as concepções do “certo” e “errado”. [6]

O livro é dirigido, principalmente, aos educadores e, por esta razão, Bagno (2004) relata formas para que o ensino da língua não aconteça de forma preconceituosa. Este olhar sobre a não discriminação da variante não padrão tem sido abordado com frequência durante os últimos anos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam bastante a importância dessa não-discriminação e o cuidado que os professores precisam ter ao reconhecer, na fala dos seus alunos, essas variedades que são distantes das formas previstas pela gramática normativa. A escola, no entanto, é orientada a ensinar a língua do grupo dominante e qualquer forma que se afaste deste modelo deve ser eliminada. [7]

O prestígio atribuído ao português padrão é muito forte e inegável, mas sua consequência é devastadora já que é mais uma forma de perpetuação das desigualdades sociais. A escola espera que seus alunos tragam uma bagagem lingüística de acordo com os padrões estabelecidos e, quando isto não acontece, os alunos passam por um processo de rejeição que culmina com a evasão e repetência escolar, devido ao conflito instaurado entre a norma imposta pela escola e a variedade que o aluno faz uso em sua comunidade. Para os que se encontram em situação socioeconômica favorecida, o mal é menor, pois o modelo escolar é uma extensão daquilo que estão familiarizados desde muito cedo.

A existência de uma variedade padrão, apesar de impositiva, é necessária, pois se encontra na base de todo estado moderno. O problema não é a existência de uma norma padrão, mas a forma ineficiente de como ela é ensinada, que desvaloriza e desrespeita os antecedentes culturais e lingüísticos do educando. Os alunos que chegam à escola precisam ter suas peculiaridades respeitadas, mas devem também aprender a norma culta que nada mais é que um direito assegurado.

Durante o ensino do português padrão a escola deve abolir a idéia de que existe somente uma maneira correta ou aceitável de se falar. Este processo de ensino não deve se basear na substituição da variedade não padrão pela padrão.

A sociolinguística propõe uma alternativa, segundo a qual as variações não passam por julgamentos de valor, já que todas são formas linguísticas alternativas à disposição do falante. Cabe aos professores conscientizarem os alunos sobre a necessidade de adotar a variedade padrão em circunstâncias sociais em que ela é exigida. A superioridade não existe, pois todas as estruturas linguísticas são complexas e eficientes para aqueles que as utilizam.

Discussão

Obtivemos fundamentos teóricos sobre conceitos sociolinguísticos, além de informações advindas de pesquisas de estudiosos da área, que destacaram a intolerância frente à diversidade linguística e a ineficiência do ensino em lidar com estas variedades. Essas informações foram suficientes para ressaltar o quanto a Sociolinguística pode ser relevante para auxiliar os educadores da língua materna a lidar, sem preconceitos, com a heterogeneidade linguística que terão de enfrentar em sua ação pedagógica cotidiana.

A ocorrência das variedades linguísticas é justificável e não pode ser tratada com repúdio, pois é reflexo da riqueza cultural de um povo que por motivos diversos desenvolve variedades adequadas às necessidades das comunidades que as utilizam. O acesso à variedade estabelecida como padrão deve ser garantido pela escola, mas ela não o faz de modo eficaz e, ao contrário disso, desqualifica as características linguístico-culturais de seus alunos por não compreender que seu papel não é o de condicionar os educandos a uma norma que irá substituir aquela da qual ele e sua comunidade fazem uso. A escola deve acrescentar conhecimento e não tentar fazer com que o indivíduo se desfaça do conhecimento linguístico fruto de sua vivência.

Conclusão

A língua apresenta um dinamismo inerente e como prova disso é possível identificar ao longo da história mudanças significativas em níveis morfológicos, lexicais, sintáticos, fonológicos e semânticos. Essas mudanças são impulsionadas por diversos fatores e este processo é incessante e impossível de ser controlado. Com tantos fatores capazes de interferir no processo linguístico é compreensível o fato de a língua se apresentar de formas distintas.

A heterogeneidade se concretiza através das chamadas variedades linguísticas e é inaceitável que, de alguma forma, essas variedades sejam menosprezadas e perseguidas, pois não há nenhuma propriedade capaz de mostrar uma suposta inferioridade de determinada variedade. A linguagem, devido a este comportamento intolerante frente à diversidade, tornou-se uma forma de estigmatização e exclusão.

Nenhuma variedade se sobrepõe a outra, elas são apenas empregadas em situações distintas, ligadas à formalidade e informalidade. Negar esta diversidade é ignorar a riqueza de uma língua, além de contribuir para o crescimento das desigualdades sociais, visto que, ao discriminar uma variedade, se discrimina seu falante.

A escola, infelizmente, tem sido reprodutora destes preconceitos por não reconhecer a legitimidade da variação linguística. Os professores devem, em suas práticas pedagógicas, firmar um compromisso com a conscientização ao transmitir para seus alunos a existência de uma norma culta apenas como mais uma variante linguística, uma variedade que é considerada culta não por ser melhor que os usos linguísticos que ele já possui, mas por ter sido escolhida por motivos políticos, aquela que o levará a ter acesso aos bens sociais que lhe são de direito.

Referências

- [1] CALVET, L.J. *Sociolinguística: Uma Introdução Crítica*. 2ª. ed., São Paulo: Parábola, 2004.
- [2] ALKMIM, T. M. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. *Introdução a Linguística: Domínios e Fronteiras*. 2ª. ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- [3] MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. *Introdução a Linguística: Domínios e Fronteiras*. 2ª. ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- [4] RODRIGUES, A.D. *Línguas Indígenas. 500 anos de descobertas e perdas*. In: Ciências Hoje, 16ª.ed., 1993.
- [5] SILVA, F.L e MOURA, H.M.M. *O Direito à Fala: A Questão do Preconceito Linguístico*. 2ª. ed. Florianópolis: Insular, 2002.
- [6] BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz*. 3ª. ed.. São Paulo: Loyola, 2004.
- [7] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental*. São José dos Campos /MEC/ SEF/ Univap, 2001.